

Há alguns anos, tivemos a oportunidade de participar de uma CPI que fez uma investigação profunda no setor privado, nas universidades privadas do estado de São Paulo. Há um bom tempo acompanhamos esse debate com os alunos, os professores, a Federação dos Professores do Estado de São Paulo e o Sinpro - Sindicato dos Professores de São Paulo. Estamos cada vez mais perplexos com a situação do Brasil nesta área e quero mostrar no telão um exemplo desse processo de rebaixamento, provando que, de fato, a Educação no Brasil virou uma mercadoria. Uma mercadoria, muitas vezes, muito barata.

Temos aqui uma propaganda que é um verdadeiro absurdo, feita pelo grupo Anhanguera, que é um dos maiores do Brasil, com milhares de alunos matriculados. A Anhanguera está usando a figura do Luciano Huck e fazendo propaganda de um curso de pedagogia: “Chegou o curso de formação pedagógica. Realize a segunda graduação e torne-se professor”.

Mas vejam a chamada da propaganda, da divulgação desse curso: “Torne-se professor e aumente a sua renda”. Fica a impressão de que a profissão de professor, o Magistério, é um bico, uma segunda opção para quem está desempregado, para quem não tem nada o que fazer no período noturno. O indivíduo vai complementar sua renda fazendo um curso de formação pedagógica à distância. À distância, ainda. É um absurdo, uma afronta à Educação, um rebaixamento da formação dos professores e uma tentativa de desqualificação total do Magistério.

Mas o que mais nos tem deixado perplexos é que o MEC é omisso. Há uma omissão do Poder Público. O MEC, há muitos anos, tem se omitido na fiscalização do setor privado, até porque o setor é poderoso, tem seus deputados, seus senadores, tem grande influência dentro do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação. Então, eu diria que esses grupos praticamente privatizaram o MEC, o Conselho Nacional de Educação e setores do Congresso Nacional.

Por isso, não há fiscalização e nenhum tipo de legislação colocando limites nesse tipo de divulgação, de propaganda e, sobretudo, nesse tipo de oferta desses cursos que estão sendo massificados em todo o Brasil. Ou seja, há um verdadeiro rebaixamento na formação dos professores do nosso País e nada é feito. Omissão total desses grupos, omissão do MEC, omissão do Conselho Nacional de Educação, omissão total do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Ninguém mais fiscaliza essas universidades.

Esse processo de precarização e sucateamento dos cursos não tem mais limites, principalmente nessa área em que militamos, que é a formação de professores. É inadmissível. E mais inadmissível ainda é que eles consigam divulgar uma propaganda como essa, de educação à distância, ainda. Educação à distância e sem vestibular. Não precisa de vestibular. Essa é a Anhanguera, o grupo educacional Anhanguera.

E é assim também em outros grupos. Temos grandes grupos que estão monopolizando o ensino superior no Brasil, que virou um grande negócio sem risco, até então, pois essas universidades eram sustentadas com dinheiro público do Fies. É capitalismo sem risco para todos esses grandes grupos, como a Kroton, o Grupo Ser, a Estácio, a Anhanguera, a Laureate.

Inclusive, tivemos aqui uma audiência pública com os alunos da FMU. A FMU, no meio do ano, reduziu a carga horária, a grade curricular dos alunos, e demitiu 220 professores com formação, com mestrado e doutorado, para contratar professores sem formação, para reduzir os salários desses profissionais.

Então, eles deitam e rolam, esses grupos educacionais. São grupos controlados por acionistas, inclusive de fora do País, pois têm capital aberto. Há grupos de investimento investindo na bolsa de valores, nesses grupos educacionais, ou seja, a Educação no Brasil virou negócio, virou mercadoria. Isso foi potencializado a esse nível.

Temos uma propaganda desvalorizando a profissão de professor, dizendo, nas entrelinhas, que professor é bico, que não é uma profissão importante, “faça uma complementação pedagógica qualquer a distância, não precisa de vestibular, e vire professor para complementar a sua renda”. É o que diz a propaganda da Anhanguera.

Já entrei com uma representação no Ministério da Educação, exigindo que o MEC tome providência em relação a essa afronta contra a Educação brasileira, contra o Ensino Superior, e contra, sobretudo, a profissão de professor, contra o Magistério brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero pedir para focalizar a manchete da "Folha de S.Paulo", de hoje, com o título "Cadê o prefeito?".

"Cadê o prefeito" é onde está o João Doria? Para a Folha chegar a essa conclusão, é porque, realmente, a cidade está abandonada. E quando o jornal faz essa pergunta, a resposta é a seguinte: o prefeito João Doria está em Salvador, o prefeito João Doria está lá em Palmas, o prefeito João Doria está lá em Natal. Só não está em Teresina, porque a Câmara municipal não lhe deu o título de cidadão da cidade.

Faz oito meses que ele ganhou as eleições, inclusive em 1º turno, na cidade de São Paulo. E a cidade está totalmente abandonada. Se a "Folha de S.Paulo" chegou a essa conclusão e coloca essa manchete, imaginem o que estará pensando a população da periferia de São Paulo, da zona leste, da zona norte, da zona noroeste, da minha zona sul de São Paulo.

A cidade está totalmente abandonada. As ruas estão esburacadas. Vim da região da Cidade Dutra, na Capela do Socorro, e demorei uma hora e 45 minutos para chegar aqui à Assembleia, um dia de chuva. Sempre tivemos problemas com semáforos, em dias de chuva, mas a situação atual está exagerada, está demais. É um abandono total. As praças públicas estão totalmente tomadas pelo mato e pelo lixo. A zeladoria está péssima na cidade de São Paulo.

E o prefeito está onde? Está viajando pelo Brasil, porque já colocou na cabeça, e está disputando a indicação para se tornar o candidato a presidente, pelo PSDB. Esse é o foco do prefeito da cidade de São Paulo, uma cidade desse tamanho!

O que ele está fazendo em Salvador, em Natal, em Palmas, e em outras cidades do Brasil? Ele está indo lá buscar exemplos para aplicar na cidade de São Paulo? Acho que não. Ele só tem um objetivo: tornar-se uma pessoa conhecida no Brasil, que ele não é, e crescer nas pesquisas.

Ele lançou o "Cidade Linda", e eu acompanhei. Ele vai às regiões, e fica cinco, dez minutos. Ele planta uma árvore, coloca nas redes sociais, faz sua comunicação, obviamente sempre falando mal do PT e falando mal do Lula. Isso é o "Acelera São Paulo" dele. E a cidade, o povo da cidade, sofrendo.

É só verificarmos, em oito meses, o quanto aumentou a fila das creches. Por quê? Porque não está abrindo mais vaga nas creches. É só verificarmos a qualidade da merenda. Ontem, estava no jornal que crianças das escolas e das creches municipais estão se alimentando com copo de café com leite e bolacha seca. Nisso tínhamos avançado na cidade de São Paulo, e com o prefeito João Doria está tendo um grande retrocesso.

Está na hora de acordar, prefeito, e começar a administrar essa cidade. É isso que a população quer. É isso que a população da Cidade Tiradentes, do Campo Limpo, do Grajaú, de Parelheiros, da Brasilândia, da Parada de Taipas querem do prefeito da cidade de São Paulo, que administre a cidade, que cuide dela. Sabem qual foi a resposta que ele deu? Que hoje, no mundo moderno, dá para se administrar pelo celular. Que não importa, ele pode estar viajando, mas ele está administrando a cidade pelo celular. É impressionante a decepção.

A população começa a perceber, começa a cobrar. Até os meios de comunicação, que foram muito simpáticos com ele, agora começam a fazer manchetes, que eu queria mais uma vez que fosse mostrada aqui. Teve também reportagem da CBN e de outros meios de comunicação. Por quê? De tanto ouvir a população reclamar em apenas oito meses de administração do prefeito João Doria. Cadê o prefeito João Doria? Está viajando pelo Brasil e abandonou totalmente a cidade de São Paulo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Vítor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Caro presidente Doutor Ulysses. Uê?! O deputado Doutor Ulysses foi à fonte da juventude? Ah, não é ele! É uma moça bonita que está ocupando o lugar do Presidente. Eu confundi porque estou tão acostumado a me dirigir ao presidente da Casa olhando para a Mesa que, quando olhei e vi uma moça bonita, pensei: "O Doutor Ulysses deve ter feito algum transplante". Mas não foi. Eu me enganei. É um costume novo que foi introduzido na Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que nos honra com sua presença, há algumas coisas na função de deputado que têm que ser imitadas. Em 1992, eu apresentei um projeto de lei que se transformou em lei, criando a carteira de identidade do aposentado. Decorrido todos esses anos, em que pesem várias cobranças que eu fiz às diversas secretarias - Secretaria do Trabalho, da Casa Civil, da Gestão e ninguém tomou providências -, quando vejo, com satisfação, que a Associação dos Fiscais de Rendas, presidida pelo Rodrigo Spada, fez um convênio com a SPPrev e emitiu as carteiras de identidade dos aposentados. Eu me orgulho de ter sido o primeiro a receber a mencionada carteira.

Quero parabenizar a Associação dos Fiscais de Rendas pela iniciativa, que deveria também ser copiada por outras entidades de classe, porque quem hoje mais sofre é o funcionário aposentado humilde, simplesmente se identificando com o holerite, o documento mais fácil de ser falsificado atualmente. Então, dentro desse quadro, eu também entrei em contato com a Associação dos Funcionários Públicos, pedindo que adotassem a mesma providência junto à SPPrev.

Para terminar, ontem, tive a oportunidade de enaltecer algumas figuras do esporte que tiveram sucesso na vida, mercê, primeiro, de serem grandes craques e, segundo, do apoio que receberam pela comunidade. Hoje, no jornal "O Estado de S.Paulo" vejo que o jogador Mina, do Palmeiras, está fazendo a mesma coisa na Colômbia.

Quero aproveitar o ensejo para fazer uma cobrança aos dois Ronaldinhos, que chegaram ao topo do prestígio saindo lá de baixo e que ganharam rios de dinheiro. Quero cobrar deles o que fizeram pela comunidade carente. E aproveite o embalo também para cobrar do Gabriel Jesus, ex-jogador do Palmeiras, do meu Palmeiras, que nasceu praticamente em favela, lá na zona norte, de não esquecer as suas origens e fazer alguma coisa também pela nossa população carente, porque sem o apoio da imprensa, sem o nosso apoio, eles não teriam chegado onde chegaram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, de volta a esta tribuna, hoje, gostaria de manifestar minha indignação com a notícia publicada na "Folha de S.Paulo", e em outros órgãos de imprensa, sobre mais um processo de privatização de estradas no estado de São Paulo.

O governador Geraldo Alckmin está anunciando novamente que vai privatizar mais rodovias, agora do litoral. Vai privatizar a Mogi-Bertioga, a Manuel da Nóbrega, que será privatizada em vários trechos, e outras. São 300 quilômetros de privatizações. Isso, na prática, significa a continuação do processo de privataria Tucana, da farra dos pedágios do estado de São Paulo.

O estado de São Paulo é o estado que mais tem pedágios no Brasil, e onde há os pedágios mais caros do mundo. A população não aguenta mais pagar pedágio e, no entanto, o governador vai pedagiar outras estradas, ao invés de investir na manutenção e na reforma delas, para as concessionárias ganharem rios de dinheiro. É um absurdo, Sr. Presidente, como esse governo privatiza tudo o que encontra pela frente. Ele entrega para as empresas parques estaduais, florestas estaduais, que foram privatizadas, até as cavernas estaduais foram privatizadas. As áreas de pesquisa estão sendo vendidas e, agora, várias linhas do Metrô estão sendo privatizadas.

A privatização de mais rodovias tem impacto na cesta básica, porque os pedágios geram grande impacto na economia, um impacto negativo. Aumenta o custo de vida, logicamente, porque as mercadorias transitam pelo Estado inteiro e o valor do frete é incorporado no valor do produto. Ou seja, nós vamos ter o aumento do custo de vida, o aumento das mercadorias da cesta básica no Estado e o aumento do número de pedágios. Isso é um absurdo total.

Nós estamos perplexos ante o modo com que, em um momento como este, de crise econômica, de desemprego, o Governo entrega as nossas estradas, o nosso patrimônio público, para as concessionárias ganharem mais dinheiro ainda. É um absurdo.

Já houve aumento, agora, no meio do ano. Em julho, os pedágios foram reajustados pelo Governo e não houve nenhuma manifestação da Assembleia Legislativa. Não houve nenhum tipo de oposição - até porque essas concessionárias, que ganham rios de dinheiro, financiam as campanhas eleitorais dos deputados e do governador.

Financiam campanhas, indiretamente, porque elas são controladas pelas grandes empreiteiras. É bom que todos saibam disto: essas grandes empreiteiras - que estão envolvidas nos grandes escândalos da Operação Lava Jato, por exemplo, entre outros escândalos e investigações - controlam as concessionárias, que são as donas dos pedágios do estado de São Paulo. Elas têm o monopólio. É um absurdo total.

Queremos denunciar que o governo Alckmin continua com a farra dos pedágios no estado de São Paulo, transferindo as nossas estradas para o setor empresarial, para as concessionárias, que, na verdade, são controladas pelas grandes empreiteiras, financiadoras das campanhas do próprio governo Alckmin e de muitos deputados da Assembleia Legislativa.

Por isso, o governador deixa de investir nas estradas. Abandona a manutenção dessas estradas de uma forma irresponsável e criminosa, porque há muitos acidentes nessas estradas. As pessoas morrem. Muitas vidas foram ceifadas por conta dessa levandade, dessa improbidade administrativa e dessa falta de investimento.

Há dinheiro público. Nós pagamos impostos para que o Governo invista na manutenção e na ampliação das estradas e das rodovias. Não precisa privatizar. Privatização é pedágio, na certa - e pedágio caro. Então, quero manifestar o nosso repúdio a essas concessões e à privatização de 300 km. Quantos pedágios serão instalados, Sr. Presidente? Digo e repito: é a continuação da farra dos pedágios do PSDB e do governo Alckmin no estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Vejo nossas amigas, professoras da Rede Estadual de Ensino, das categorias "O" e "V", que estão na luta pela imediata aprovação do nosso projeto de lei, o PLC nº 24.

Vemos uma situação de precarização da contratação das professoras da rede estadual. É uma precarização que começou em 2009, com a aprovação de um projeto de lei, aqui, na Assembleia Legislativa, que, depois de sancionado, virou a Lei nº 1.093, que é uma excrecência. É um ataque brutal ao Magistério estadual e à dignidade do Magistério.

Essa Lei nº 1.093 criou a famosa duzentena. No início, era uma quarentena e virou, depois, duzentena. Ou seja, é uma contratação precarizada. É quase uma terceirização para a contratação do Magistério. Os professores contratados por essa lei são obrigados a ficar em um período de duzentena.

O professor, até então, quando a lei foi aprovada, trabalhava por um ano e tinha que se ausentar da rede durante um ano. Depois de muita luta e resistência, conseguimos pressionar o Governo e aprovamos uma lei na Assembleia Legislativa, que não foi a ideal. Estava longe de ser o ideal, mas esticava um pouco o prazo da permanência dos professores, para três anos e 11 meses. Porém, aí, virou a duzentena. Depois, o professor fica um ano fora, o que é um absurdo total.

Isso tem prejudicado imensamente a oferta da Educação no estado de São Paulo. Prejudica os alunos e, também, logicamente, os professores e professoras da rede estadual.

Apresentei aqui - elaborei, construí - um projeto de lei, o PLC nº 24, que foi construído com as professoras desse movimento. Nós apresentamos o projeto em 2015, ele foi aprovado em todas as comissões permanentes, já tem até um requerimento de urgência que foi aprovado e já está na pauta do dia para ser votado a qualquer momento. O nosso projeto acaba com a duzentena, ele acaba com a precarização do contrato de trabalho. Ele garante que o professor ou a professora, contratado pela Lei nº 1.093, tenha direito ao lamspe, que esse professor possa utilizar o Hospital do Servidor Público Estadual, porque pela Lei nº 1.093 ele não tem esse direito.

A Lei nº 1.093 - que substituiu a Lei nº 500 de 1974 - retira vários direitos dos professores categoria "O" e categoria "V", que são considerados, pelo estado, um professor de quinta categoria, com corte dos benefícios e dos seus direitos. Tudo para ele é reduzido: redução de férias, de faltas abonadas, tudo. É um professor que faz o mesmo trabalho dos outros professores, efetivos e categoria "F", só que ele é marginalizado, ele é escanteado, considerado um subprofessor pelo estado, pelo governo, não por nós.

Por isso nós estamos na luta para reverter essa situação e podemos mudar isso, Sr. Presidente, aprovando imediatamente o nosso PLC nº 24 de 2015, que já tem o parecer favorável de todas as comissões. Como eu disse, foi aprovado em todas as comissões, e já aprovamos inclusive um requerimento de urgência de votação. Ou seja, as condições estão todas dadas para que o projeto seja aprovado. Falta o interesse político, a prioridade política da Assembleia Legislativa - e do governo estadual também, porque o governo estadual controla a Alesp. Nós sabemos que controla a base do Governo, e o Governo não deixa votar o nosso projeto.

O governo Alckmin não abre mão de continuar precarizando a Educação do estado de São Paulo. Nós queremos aprovar o projeto, então peço o apoio dos deputados, das deputadas, dos líderes partidários, de todos os 94 parlamentares, para que possamos votar em caráter de extrema urgência o PLC nº 24 e banir, para sempre, a duzentena da legislação estadual. O nosso projeto é simples, ele faz uma alteração na Lei 1.093, de 2009, incluindo o professor no lamspe e acabando com a duzentena.

Simplex assim, nós voltamos ao que era a Lei nº 500, de 1974. O professor ACT - admitido em caráter temporário - vai permanecendo até que chegue um professor concursado.

O professor categoria "O" foi uma excrecência criada pelo governo Serra em 2009, registrando que votei contra. Eu estava aqui e denunciei o PLC 29. Lembro-me do número dele, era o PLC nº 29, de 2009, do ex-governador Serra, que graças a Deus já se foi, e que tanto destruiu a Educação do estado de São Paulo, como o Alckmin também. Mas ele deixou essa triste herança, essa bomba-relógio que explodiu agora na rede estadual.

Preciso muito do apoio, Sr. Presidente, de cada deputado e de cada deputada para que possamos mudar essa situação. As professoras categoria "O" estão na Assembleia Legislativa conversando com os deputados e tentando convencê-los de que isso tem que terminar. Nós temos mais de 20 mil professores nessa situação de precarização da contratação de trabalho. Era isso, Sr. Presidente, que eu queria solicitar: o apoio à aprovação do nosso PLC.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Carlos Giannazi e suspende a sessão até as 16 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

\*\*\*

- Suspensa às 15 horas e 29 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 32 minutos, sob a Presidência do Sr. Junior Aprillanti.

\*\*\*

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Junior Aprillanti, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, funcionários desta Casa, quero só falar mais uma vez de um assunto que está sendo cada vez mais comentado aqui na Casa. E novamente a minha fala é para o senhor, governador Geraldo Alckmin. Governador, quando é que o senhor vai dar um reajuste para o funcionalismo público?

Mais uma vez venho aqui a esta tribuna pedir ao senhor que dê um reajuste, pois o policial militar está há três anos sem aumento. O policial militar e o policial civil estão passando necessidade. O mesmo acontece com o professor, o nosso funcionário da Saúde. São três anos sem reajuste salarial. Precisamos pensar um pouco sobre essa questão.

Eu sei que nós temos problemas, que o senhor falou do limite prudencial. Nós estamos um ponto percentual abaixo do limite prudencial - acima, não é? Tem o limite de alerta, o prudencial e o limite fiscal mesmo. Portanto, vamos pensar um pouco nos funcionários; tudo está aumentando.

Nós aprovamos projetos importantes para o Governo. Por exemplo, nós aprovamos o parcelamento do ICMS, o parcelamento do IPVA e estamos em vias de aprovar a criação de uma controladora da Sabesp. Esta Casa está colaborando com o senhor.

O policial militar está na rua trabalhando. A Polícia de São Paulo está reduzindo o crime, está lá sofrendo, participando de embates com o crime organizado. Ontem, um policial civil faleceu e um policial militar foi baleado. Pelo que tivemos conhecimento - ainda não confirmei -, houve, hoje, mais ocorrências envolvendo confronto com policiais. Ou seja, o seu funcionário público, governador, continua firme ao seu lado, fazendo o bom trabalho, reduzindo os indicadores.

Vamos pensar um pouquinho nesse funcionário público; um pouquinho só. Não é possível recuperar o reajuste de três anos? Tudo bem, mas vamos dar um fôlego, pelo menos um alívio, porque no limite prudencial... É como falei aqui: no limite, está todo o nosso funcionalismo. Governador, não é retórica: 83% dos policiais militares estão endividados, segundo a nossa Associação dos Cabos e Soldados. Fica aqui a solicitação, governador. Vamos pensar, durante este semestre, num reajuste para o funcionário público de São Paulo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JUNIOR APRILLANTI - PSB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

\*\*\* - Passa-se à

## ORDEM DO DIA

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - JUNIOR APRILLANTI - PSB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há sobre a mesa os seguintes requerimentos:

- requerimento da Mesa, solicitando tramitação em Regime de Urgência para o Projeto de lei Complementar nº 18, de 2017. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JUNIOR APRILLANTI - PSB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 36 minutos.

\*\*\*

## 18 DE AGOSTO DE 2017 113ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidentes: CARLOS GIANNAZI e LECI BRANDÃO**  
**Secretária: LECI BRANDÃO**

## RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - LECI BRANDÃO

Aplauda decisão do Superior Tribunal de Justiça de manter a condenação do deputado federal Jair Bolsonaro pelas ofensas dirigidas à também deputada Maria do Rosário. Lembra o episódio que levou à sua condenação. Parabeniza a professora Elisa Lucas, pelo trabalho realizado como coordenadora de Políticas para População Negra e Indígena no Estado. Menciona que o governador Geraldo Alckmin assinou a adesão do estado de São Paulo ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Sinapir.

3 - LECI BRANDÃO

Assume a Presidência.

4 - CARLOS GIANNAZI

Comenta vitória realizada pelo Tribunal de Contas do Estado em escolas estaduais, que constatou irregularidades em cozinhas e refeitórios e a falta de alvarás do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária em diversas unidades escolares. Discorre sobre problemas de infraestrutura e no quadro de servidores nas escolas da Rede Estadual de Ensino. Exige providências da Secretaria da Educação sobre o assunto.

5 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

6 - PRESIDENTE LECI BRANDÃO

Anota o pedido. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão solene a realizar-se dia 11/09, às 20h, para "Entrega da Medalha Radialista Durval de Souza", por solicitação do deputado Luiz Carlos Gondim. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 21/08, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão solene no mesmo dia, às 10h, em "Homenagem aos Guardas Municipais". Defere o pedido do deputado Carlos Giannazi e levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido a Sra. Deputada Leci Brandão para, como 1ª Secretária "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA - LECI BRANDÃO - PCdoB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

\*\*\*

- Passa-se ao

## PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Pedro Tobias. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahn. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando T. Ferreira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, funcionárias e funcionários desta Casa.

Na última terça-feira, o Superior Tribunal de Justiça decidiu, por unanimidade, manter as condenações do deputado federal Jair Bolsonaro por danos morais contra a deputada federal Maria do Rosário, do PT. Essa é uma vitória das mulheres e da verdadeira Justiça.

A decisão mantém a condenação de Bolsonaro em 1a e 2a instâncias. O deputado foi condenado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal a pagar indenização de R\$ 10 mil por danos morais à deputada e deveria se retratar publicamente em jornais, em sua página no Facebook e no Youtube.

Em 2014, o parlamentar cometeu incitação ao estupro ao afirmar e reafirmar a possibilidade de estuprar a deputada: "ela não merece ser estuprada porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria".

Sobre esta ação, a deputada Maria do Rosário declarou que esse resultado tem uma "força simbólica muito maior que a condenação". Espero em Deus que a justiça que foi feita nesta semana sempre saia vencedora, para que não tenhamos mais episódios lamentáveis como este.

Também quero fazer uso desta tribuna para parabenizar o trabalho da professora Elisa Lucas, coordenadora de Igualdade Racial do Estado, que tem sido incansável na luta contra o racismo.

Ontem, em cerimônia no Palácio dos Bandeirantes, o governador Geraldo Alckmin assinou a adesão do Estado de São Paulo e da Secretaria de Justiça e Coordenadoria de Políticas da População Negra e Indígena ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), que organiza e articula políticas e serviços voltados para superar as desigualdades raciais no Brasil. O ministro dos Direitos Humanos, Sr. Juvenal Araújo, esteve presente, além de várias autoridades e pessoas importantes do movimento negro do estado de São Paulo.